

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/331159544>

# A escola e os comportamentos desviantes: novas tendências

Conference Paper · April 2006

CITATIONS

4

READS

77

1 author:



**Nuno Poiares**

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

24 PUBLICATIONS 34 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Policing, Justice and Society [View project](#)



Violência doméstica [View project](#)

# **A escola e os comportamentos desviantes: novas tendências**

Nuno Poiares

*Convirá igualmente lembrar que a escola actual é substancialmente diferente da escola de há uns anos atrás: “a escola deixou de ser o lugar em que se aprende a ler, escrever e contar para ser orientada por objectivos mais vastos: o da formação integral do aluno, o do desenvolvimento de uma acção concreta no meio (Teixeira, 1995, p. 37)” (Curto: 1998: 16).*

**Palavras-chave:** Escola, Comportamentos Desviantes, Projecto Escola Segura.

**Resumo:** No presente texto o autor apresenta uma breve reflexão sobre o *estado da arte* dos factores de risco emergentes em ambiente escolar, mormente no que se refere aos comportamentos desviantes na Escola hodierna e no seu meio envolvente, mas também, mais recentemente, com uma extensão alargada ao seio dos lares das famílias com o advento das potencialidades das novas tecnologias. Que fenómenos têm surgido no meio escolar no seguimento das mudanças sociais? Qual o papel da família, da comunidade escolar, das autarquias, da rede social, das comissões de protecção de crianças e jovens e das forças de segurança? As parcerias podem ter um papel estratégico? E que contributo pode dar a Sociologia, enquanto ramo especializado do conhecimento, na compreensão destes fenómenos? A estas e outras questões pretende o autor discernir com o objectivo de gerar um maior questionamento e um possível aprofundamento sobre o conhecimento neste domínio.

## **Sumário:**

- I. Dos motivos da escolha do tema.
- II. A Escola e os comportamentos desviantes.
- III. Alguns dados empíricos.
- IV. O papel estratégico das parcerias.
- V. A Emergência da Sociologia do Crime e da Violência.
- VI. Bibliografia.

## **I. Dos motivos da escolha do tema<sup>1</sup>**

A ideia da abordagem do presente tema no âmbito das VIII Jornadas do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora (2006), surgiu no seguimento de um convite que foi endereçado à minha pessoa no sentido de leccionar na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Beja, no âmbito do curso de pós-graduação em “A Criança/Adolescente e o Ambiente Seguro”. A disciplina a ministrar, de forma partilhada, foi designada como “A Escola e os Comportamentos Desviantes”.

Tendo em conta essa realidade e a existência de uma variadíssima panóplia de informação sistematizada pareceu-me assim muito actual e oportuno que, tendo em consideração o tema escolhido para as Jornadas – “Questões Sociais Contemporâneas” – uma reflexão sobre esta problemática seria bem acolhida, tratando-se de um contributo eventualmente enriquecedor em um espaço que se

---

<sup>1</sup> O presente artigo representa um resumo da comunicação apresentada no dia 28 de Abril de 2006 nas VIII Jornadas do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, subordinadas ao tema “Questões Sociais Contemporâneas”. Publicado em Poiares, N. (2007), “A escola e os comportamentos desviantes: novas tendências”, *Questões Sociais Contemporâneas*, livro de Atas das VIII Jornadas do Departamento de Sociologia, pp. 227-238, CISA-AS e Universidade de Évora. ISBN: 978-972-99959-6-5

delineou como um pólo congregador de práticas e experiências, sem se olvidar as teorias mais conhecidas, visando o aprofundamento do conhecimento no ramo da Sociologia e proporcionando uma discussão alargada entre docentes, investigadores e alunos.

Na verdade, a problemática dos comportamentos desviantes em meio escolar é um domínio que transcende em muito as ideias de mero afrontamento à disciplina ou à autoridade dos professores. Aliás, muitos destes actos são considerados para alguns investigadores, como comportamentos naturais e que correspondem a necessidades percebidas ao longo do crescimento humano. Conforme referem Maria Costa e Dulce Vale, o “conflito com as normas e valores vigentes, o desafio à autoridade, o conflito com outras gerações e a necessidade de ser diferente, são lugares comuns na descrição do período etário que é a adolescência. Estes são fundamentais ao nível familiar, na conquista de alguma autonomia por parte do jovem e estabelecimento de relações de interdependência com os pais, caracterizadas por um equilíbrio entre vinculação e autonomia. A ruptura ou afastamento temporários são muitas vezes indispensáveis no prosseguimento destas mudanças, podendo este corte ser manifesto mais ou menos abertamente.” (Costa e Vale, 1998: 19). Por outro lado Berkovitz (1987) “salienta o papel da agressividade na adolescência enquanto reforçadora de sentimentos de mestria, de domínio ou de reforço do ego.” (Costa e Vale, 1998: 15).

A indisciplina não será pois tratada neste espaço, deixando essa reflexão para outras páginas. No entanto, importa lembrar que existem trabalhos interessantes sobre a problemática da indisciplina, como por exemplo os estudos de Pedro Curto (1998) e os de João Amado e Isabel Freire (2002). Acresce que, tal como refere Daniel Sampaio, a “questão da indisciplina na escola é um mar de equívocos. Embora seja o tema que mais inquieta os professores nas diversas acções de formação, é difícil criar uma linguagem comum que contribua para alguma eficácia na acção. Por exemplo, quando se classifica um comportamento como «excessivo», qual o limiar de que partimos? Quando se designa uma acção como «desadequada», que referência utilizamos? Como ter a certeza de que um acto é intencional, se pouca ou nenhuma pessoa o observou directamente e ninguém sabe exactamente o que vai na cabeça do autor?” (Sampaio, 2001: 121). É desta ambiguidade que nos queremos afastar por ora.

## II. A escola e os comportamentos desviantes

### 2.1. Uma proposta de definição da problemática

Como em qualquer estudo sociológico – ainda que o presente documento esteja longe de assim ser classificado – a nossa primeira tarefa (já o clarividente Émile Durkheim o referia) deve ser sempre tentar definir a problemática em análise.

É certo que o “quotidiano escolar proporciona uma enorme diversidade de vivências sociais, desde as situações nas quais professor e alunos entre si se encontram, num quadro formal de ensino e de aprendizagem, em que uns e outros possuem à partida estatutos e papéis bem definidos, até às situações de carácter mais ou menos informal, nas quais os papéis e os estatutos decorrem das interações que se desenvolvem espontaneamente entre pares. (...). A relação entre pares constituem um aspecto fundamental do desenvolvimento socioemocional e sociocognitivo da criança e do adolescente, contribuindo de forma decisiva para a construção social do conhecimento de si próprio e dos outros.” (Amado e Freire, 2002: 49).

A Escola surge pois como um quadro *sui generis* onde as inter-relações humanas geram inúmeras reacções e a catadupa de mudanças no universo exógeno consegue gerar novos fenómenos intramuros. Na verdade, “enquanto sistemas em constante interacção com o meio que nos rodeia, influenciamos e somos influenciados pelas relações que se estabelecem intra e inter contextos e entre estes e a sociedade mais alargada. A escola é, por inerência, ilustradora desta multiplicidade de relações que se estabelecem, o que exige um certo cuidado de análise e de actuação. (...). As situações perturbadoras de vida escolar ou do bem-estar dos seus actores, como o são situações de agressividade, violência, vandalismo ou outros comportamentos perturbadores e causadores de mal-estar, devem ser, como todas as outras, analisadas nesta globalidade. Assim, para além de todos os factores relacionados com o jovem que é autor do comportamento, há também a considerar o papel das vítimas e do próprio observador. Para além destes, há ainda a escola, ela própria, como passível de ser geradora de agressividade.” (Costa e Vale, 1998: 32).

Através do conceito de violência em contexto escolar alguns autores englobam um vastíssimo conjunto de comportamentos ilícitos. Parafraseando Costa e Vale, na “área do que é globalmente considerado violência no contexto escolar, encontrámos vários estudos e modelos explicativos que tomam como ponto de partida objectos de análise, que surgem sob designações de *vandalismo*, *bullying*, *perturbações do comportamento* (*conduct disorders*), *passagens ao acto* (*acting out*), *comportamento de oposição* (*oppositional behaviour*), *perturbação da atenção com hiperactividade* (*attention deficit disorder with hyperactivity* ou ADD-H), *comportamento delinquente*, *défice de competências* ou *factores desenvolvimentais*.” (Costa e Vale, 1998: 10).

No entanto, na presente reflexão optei, muito simplesmente, pela terminologia de “comportamentos desviantes”, na perspectiva de envolver uma noção com uma abrangência mais lata, sem entrar em discussões teóricas sobre a dimensão da noção de comportamentos desviantes, mas tão só na perspectiva de dimensionar a problemática como qualquer acto ou omissão que represente um prejuízo para terceiros (as vítimas) ou para o próprio autor (como o consumo de estupefacientes ou a automutilação), cuja conduta seja reprovada pela sociedade em que se insere o próprio autor moral ou material desse acto e que, neste caso em concreto, se situe fisicamente em meio escolar ou, mais extensivamente, no canal convergente (casa-escola).

## **2.2. Novas tendências**

No presente capítulo abordarei de forma muito sucinta algumas realidades que devem suscitar alguma reflexão por parte da comunidade educativa. Primeiro fenómeno: o aumento dos crimes violentos. É um lugar comum que, tal como refere Luís Elias, o “aumento dos crimes violentos é uma realidade que chegou não só às escolas como ao global da criminalidade na sociedade, uma vez que o Relatório Anual de Segurança Interna de 2004 indica um aumento dos crimes violentos na ordem dos três por cento. Neste capítulo da violência escolar estão ainda os crimes de vandalismo e dano que aumentaram 13 por cento” (Costa, 2005: s/n).

No entanto, e porque é sobre o meio escolar que estamos a falar, importa analisar com algum discernimento os dados públicos: na verdade, no ano lectivo de 2004/2005 houve um total de 2518 ocorrências nas áreas escolares (a nível nacional) a par de valores como os do ano lectivo de 2003/2004 (2831 ocorrências), o ano de 2002/2003 (2797 ocorrências) e o ano lectivo de 2001/2002 (2818 ocorrências). Estes registos embarcam actos como ameaças de bomba, furtos, roubos, posse/uso de arma, vandalismo/dano, injúrias/ameaças, ofensas à integridade física, posse/consumo de estupefacientes, ofensas sexuais, etc. Contudo, apesar da diminuição global da criminalidade no ano lectivo transacto, os números não deixam de ser reveladores de que ainda existe muito trabalho a encetar. Um dado meramente elucidativo diz respeito ao agravamento verificado nas situações de ameaça de bomba em estabelecimentos de ensino (+28,6%), sobretudo na época dos exames.

“A violência, não sendo um fenómeno novo, nem tão pouco recente, é-o contudo, na forma como de há uns tempos a esta parte se vem impondo nas nossas vidas, enquanto cidadãos comuns, profissionais e/ou investigadores. (...) Paralelamente, a escola surge como um dos palcos possíveis desta mesma violência, neste caso, percebida como ocorrendo essencialmente entre os jovens. A questão assume aqui redobrada preocupação, porquanto este deveria, supostamente, ser um contexto

de aprendizagem (também) de normas e valores de relação e de respeito pelo outro (...)” (Costa e Vale, 1998: 09). Associada à violência “estão os crimes com armas de fogo que também acontecem nas escolas. A arma de fogo foi mesmo apreendida a 39 alunos em 2002/2003 e a 45 alunos no ano seguinte. Tendo assim, um aumento de 15,4 por cento” (Costa, 2005: s/n). É pois um fenómeno preocupante, com contornos complexos e que vai obrigar seguramente à adopção de medidas cada vez mais restritivas da liberdade de todos os que circulam em recintos escolares, nem que em *ultima ratio*, se venham a aplicar revistas sumárias com detectores de metais à entrada das escolas, a implementação generalizada da videovigilância e um reforço do papel do professor enquanto elemento disciplinador.

Segundo fenómeno: o *bullying*. Na sua utilização mais corrente, “*bullying* significa implicar com as pessoas, geralmente alguém mais fraco ou mais novo do que o próprio. (...) apesar da concepção mais comum, é essencial distinguir diferentes tipos de *bullying*, nomeadamente o grave e não grave e o físico e psicológico, este último no mínimo tão grave como o físico (Reid, 1989). (...) Apesar de as definições mais precisas variarem, o *bullying* surge na literatura como tendo na globalidade as seguintes características: causa sofrimento, podendo este ser a dor física ou a perturbação emocional (...); há o uso deliberado da agressão (...), ou seja, há a intenção de provocar sofrimento (...); a agressão pode ser física, verbal ou psicológica (...); relativamente à sua frequência, Reid (1989) refere que pode ser esporádico ou ocorrer durante um período considerável de tempo, enquanto Flood (1994) afirma o seu carácter repetitivo em oposição a um incidente isolado; existe uma desigualdade de poder a favor do ou dos agressores (...); os agressores podem ser uma ou várias pessoas ou ainda vários grupos de pessoas em momentos diferentes (Reid, 1989)” (Costa e Vale, 1998: 13).

Efectivamente, “as situações mais problemáticas são aquelas em que se estabelece uma relação de poder assimétrica entre dois ou mais alunos, na qual um deles (ou um grupo) desempenha de forma repetida, sistemática e intencional o papel de agressor sobre outro que se submete ao papel de vítima. Neste caso estamos perante um fenómeno típico de violência entre pares, designado em língua inglesa por *bullying* ou *mobbing* e que em língua portuguesa poderemos chamar de maus tratos entre iguais” (Amado e Freire, 2002: 54).

Terceiro fenómeno: a automutilação ou o *cutting*. “Todas as semanas é atendido no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, um jovem que se automutilou. (...). A automutilação já é considerada em alguns países como a «nova anorexia» e até já tem nome, *cutting*. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, onde os números são considerados alarmantes, foram abertas linhas telefónicas de SOS e há atendimento clínico para o tratamento de adolescentes que se autoflagelam.” (Marques, 2002: 18).

Este comportamento de risco é caracterizado por “cortes na pele, queimaduras, puxões no cabelo, picar, arranhar, raspar, bater e engolir objectos. (...). A maioria dos casos de automutilação ocorre sobre a pele. A pele é cortada – com uma faca ou lâmina – arranhada ou raspada – com tesouras, garrafas, vidros ou outros materiais abrasivos. O corte superficial do pulso ou do antebraço é o acto mais usual. As feridas são frequentemente escondidas ou não expostas” (Marques, 2002: 18).

Na verdade, “a desagregação familiar vivida com mais ênfase nas periferias das grandes cidades, a preocupação dos pais em relação à profissão, a pouca atenção concedida aos problemas que afligem os jovens na «idade das emoções» são apenas alguns dos factores que empurram os adolescentes para atitudes tão drásticas. Que, alerta Daniel Sampaio, são situações muito frequentes, neste momento em Portugal.” (Marques, 2002: 18). Num estudo português participaram “628 adolescentes, estudantes do 10.º ano, 11.º ano e 12.º ano de escolas secundárias de Lisboa, de ambos os sexos e com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos. Dos adolescentes inquiridos 48,2% já teve ideias de suicídio, 42,8% já desejou realmente morrer, 35% já se automutilou, 21,6% já teve algumas ou muitas vezes este tipo de comportamento e 7% tentou suicidar-se” (Marques, 2002: 18).

As tendências para-suicidas – apesar de no contexto escolar não ser ainda um fenómeno problemático – devem levar a comunidade escolar a procurar conhecer melhor os sinais de potenciais factores de risco. “Todos os anos, cerca de 600 portugueses põem termo à vida. Sabe-se que a taxa é maior no Sul, especialmente no Alentejo. O que poucos conhecem é que há grupos organizados de pessoas que incentivam o suicídio – e que explicam, a interessados, os vários métodos possíveis para levar os seus intentos a cabo com sucesso. (...). Na internet multiplicam-se os sites especializados no assunto. (...) Um dos sites (...) está construído sob a forma de um livro. É um guia prático do suicídio, com a descrição dos vários métodos possíveis, e com os prós e os contras de cada um deles” (Nunes, 2006: 02). No seguimento desta realidade importa dizer que, por vezes, a violência sobretudo psicológica que é infligida em meio escolar acaba por encontrar ecos em casa, através da internet, onde as crianças são ameaçadas dentro do próprio quarto ou escritório. Os pais muitas das vezes ignoram a realidade – por falta de tempo para conversar ou porque o próprio filho não tem coragem para fazer frente a um obstáculo que lhe parece intransponível – mas, na verdade, a pressão exercida na escola e com prolongamentos no seio familiar vai começar a trazer seguramente consequências que ainda terão de ser avaliadas com serenidade, mas que estão a levantar inúmeros problemas às vítimas.

Como já se referiu é um lugar comum que o Alentejo apresenta a taxa de suicídio mais elevada do país. Em termos comparativos entre os casos verificados nas idades mais jovens e as restantes faixas etárias, diria que, no caso das cidades de Beja e

Moura os números são elucidativos: desde o ano de 1999 até 2005 suicidaram-se trinta e duas pessoas (cinco em Moura e vinte e sete em Beja). Destas, vinte e sete eram homens e cinco mulheres, o que vem confirmar que se suicidam mais pessoas do sexo masculino, sendo certo que é no sexo feminino, nas idades mais jovens, que se verifica com maior incidência o para-suicídio, ou seja, o acto que simula ou imita o suicídio, no qual é o agente de uma acção que, real ou potencialmente, o agride mas sem o objectivo final de autodestruição (Kreitmaan e Feuerlein, 1969). Nestas cidades, vinte pessoas puseram termo à vida através de enforcamento e doze pelas mais diversas formas (com arma de fogo, envenenamento, na via férrea, intoxicação com medicamentos, etc.). O ano com a taxa mais elevada de suicídios foi 1999 (dez mortes) seguido pelo ano de 2004 (oito). O maior número de suicídios verificou-se na faixa acima dos 59 anos de idade (treze). No extremo oposto encontra-se a faixa dos 45/55 anos (um) e dos 15/25 anos (três suicídios), números que, apesar da pouca expressividade, devem conduzir sempre a alguma reflexão quanto aos motivos que levam pessoas tão jovens a procurarem uma solução tão dramática.

### **III. Alguns dados empíricos**

Na presente reflexão optámos por apresentar alguns dados disponíveis e que já foram divulgados no âmbito do relatório anual de segurança interna, relacionados com as ocorrências criminais e não criminais em estabelecimentos de ensino das cidades de Beja e Moura. Os números apresentados no quadro seguinte versam não só os actos ilícitos perpetrados por alunos e ocorridos no interior das escolas, mas também todos aqueles que foram registados no trajecto de casa para a escola e vice-versa; por indivíduos estranhos à escola que circulavam no seu interior; alunos embriagados na escola, alunos que transpõem a vedação da escola para a via pública sem autorização; entre outras inúmeras situações que, diariamente, os profissionais das forças de segurança locais vão detectando ou tendo conhecimento através de denúncias. Vejamos:



<b>OCORRÊNCIAS CRIMINAIS</b>							
<b>Tipificação / Ano</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Totais</b>
Roubos	1	1	2	2	3	0	9
Furtos	6	6	9	4	8	8	41
Agressões	2	5	4	7	4	7	29
Ameaças	2	6	1	1	4	1	15
Consumo Droga	1	2	3	0	0	0	6
Tráfico Droga	1	0	0	0	1	0	2
Abandono Seringas	1	0	0	0	0	0	1
Danos	2	4	3	5	1	5	20
Injúrias	0	2	0	0	0	0	2
Ameaças Bombas	0	1	0	0	1	3	5
Atentado Pudor	0	0	1	0	0	0	1
Posse arma branca	0	0	0	0	0	3	3
Actos Exhibicionistas	0	0	1	0	0	0	1
<b>Totais</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	<b>24</b>	<b>19</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>135</b>

<b>OCORRÊNCIAS NÃO CRIMINAIS</b>							<b>Totais</b>
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	
<b>TOTAIS</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>26</b>

<b>ANOS</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>TOTAIS</b>
Ocorrências Criminais	16	27	24	19	22	27	135
Ocorrências não Criminais	12	3	1	5	4	1	26
<b>TOTAIS</b>	<b>28</b>	<b>30</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>26</b>	<b>28</b>	<b>161</b>

Fonte: NOI/CP/BEJA 2006.

Numa análise muito elementar, podemos verificar com facilidade que os furtos, as agressões, os danos e as ameaças são de facto as situações mais detectadas em meio escolar. Nos últimos seis anos verificou-se alguma estabilidade no número de ocorrências, com um valor máximo de 27 casos nos anos de 2001 e 2005 e um valor mínimo de 16 no ano de 2000. O consumo e o tráfico de droga, ainda que apresentem indicadores pouco alarmantes, carecem de uma atenção permanente por parte de toda a comunidade educativa, na medida em que são realidades que, por arrastamento, conseguem atrair outros fenómenos, bem como representam actos ilícitos com repercussões muito mais gravosas – em termos físicos e psicológicos – do que os simples furtos ou mesmo as agressões. As ameaças de bomba, sobretudo na época dos exames, começam igualmente a ser uma realidade tendencialmente crescente. No entanto, sabe-se igualmente que ocorre diariamente um leque alargado

de situações não denunciadas, infligindo crianças que sofrem sozinhas no silêncio e na escuridão dos seus quartos.

#### **IV. O papel estratégico das parcerias**

A Escola já foi entendida como um espaço reservado aos professores e alunos e cujos problemas internos apenas a eles diziam respeito. Hoje reina outra filosofia. A comunidade educativa foi alargada e entende-se actualmente que na resolução dos problemas devem ser chamados outros actores estratégicos: para além dos professores, também os pais, as juntas de freguesia, as forças de segurança, as comissões de protecção de crianças e jovens, as câmaras municipais, a rede social, etc.

Muito recentemente, no “seio do Grupo Coordenador do Programa Escola Segura do Conselho Consultivo para a Formação das Forças e Serviços de Segurança (CCFFSS) do MAI foi identificada a necessidade de formação dos docentes das Escolas nas áreas da autoridade e clima de segurança nos estabelecimentos de ensino (...)” (DN/PSP, 2005a: 01). Essa acção visou contribuir “para o fortalecimento das relações e parcerias entre Forças de Segurança, Conselhos Executivos, Professores e restantes membros da comunidade educativa, bem como o esclarecimento sobre qual o papel da PSP no âmbito do Programa Escola Segura e sua importância na prevenção e melhoria no sentimento de segurança nas escolas” (DN/PSP: 2005a: 03). Esta formação teve uma dimensão nacional e realizou-se em parceria com 64 Centros de Formação de Professores, com uma duração de 25 horas e abrangendo um total de 1280 docentes. Na cidade de Beja a acção de formação teve a duração de quatro dias e a intervenção do Oficial de Polícia ocorreu no dia 03 de Maio de 2005, contando com a presença de 23 professores. A formação contemplou quatro grandes áreas: autoridade e liderança, cultura e clima de escola, segurança na escola; e o Programa Escola Segura. É pois um bom exemplo da preocupação alargada relativamente ao clima de (in)segurança reinante nas escolas. Se não fosse um problema real, não assistiríamos seguramente a um investimento desta dimensão.

Outras medidas têm avançado. Por exemplo, “mais de 300 professores vão reforçar, a partir de setembro, as 291 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). A medida tem como principal objectivo melhorar a articulação com as escolas na sinalização de menores em risco. Armando Leandro, presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), confirmou (...) que está em curso um protocolo com o Ministério da Educação para colocar a meio-tempo entre um a três professores em todas as comissões concelhias (actualmente só

existem nas principais). A justificação é o facto de serem os professores o principal meio de aviso de crianças em risco” (Nascimento, 2006: 14).

As forças de segurança também têm demonstrado, sobretudo a partir da década de noventa do século passado, uma vontade inequívoca em ultrapassar com eficiência os índices preocupantes de criminalidade que começavam a envolver o público estudantil. Na verdade, tais medidas tiveram um forte impulso político, na medida em que o Projecto Escola Segura nasceu de um protocolo entre o Ministério da Administração Interna (MAI) e o Ministério da Educação (ME). No entanto, actualmente, os Agentes que exercem funções no âmbito escolar assimilaram totalmente o espírito que se pretendia verificar, factor exteriorizável nos inúmeros relatos abonatórios que apresentam as forças de segurança como um parceiro imprescindível na resolução dos diversos problemas da população escolar, não só em matéria de segurança, mas também, por exemplo, no âmbito da realização de acções de sensibilização para alunos, pais e professores sobre temas como a prevenção rodoviária, a prevenção de comportamentos de risco, a toxicodependência e conselhos genéricos de prevenção criminal (Poiães, 2004).

Como se referiu, quando o Projecto Escola Segura nasceu visou essencialmente “garantir as condições de segurança da população escolar e promover comportamentos de segurança escolar através da vigilância das escolas e das áreas envolventes, do policiamento dos percursos habituais de acesso às escolas e através de acções de sensibilização junto dos alunos para as questões de segurança” (DN/PSP, 2005b: 01). O Programa Escola Segura “tem revelado, ao longo dos anos, virtualidades que devem ser reforçadas, destacando-se: a coordenação ao nível local, que fortalece as sinergias entre as escolas, as famílias, as comunidades locais e as forças de segurança; a promoção de acções de sensibilização e formação orientadas para a comunidade educativa; uma maior sensibilização das famílias, da escola, das forças de segurança, das comunidades locais e da opinião pública para o problema das violências nas escolas; a melhoria da imagem pública das forças de segurança; a melhoria efectiva da segurança das comunidades educativas, apesar de se verificarem incidentes pontuais em determinadas áreas mais problemáticas” (DN/PSP: 2005b: 03). Em 2005 foi publicado o Despacho conjunto n.º 105-A/2005 de 2 de Fevereiro que veio definir as regras do Programa Escola Segura, documento que veio “redefinir, harmonizar e consagrar legalmente conceitos, objectivos, âmbitos e estrutura” do referido Programa. Actualmente, na “área de responsabilidade territorial da PSP, a população escolar existente nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do primeiro, segundo e terceiros ciclos, ensino secundário e ensino universitário no ano lectivo de 2004/2005 foi de 1.005.428 alunos” (DN/PSP, 2005b: 04), o que representa uma enorme responsabilidade.

No entanto já se percebeu que o ónus da segurança nas escolas deve ser um projecto partilhado por toda a comunidade educativa e onde outros parceiros podem ter um papel estratégico, como é o caso da rede social, realidade mais recente mas que, em determinadas localidades, já começou a dar frutos porque, na verdade, ainda continuam a ser as pessoas a fazer a diferença. A tendência é pois a verificação do reforço do trabalho em parceria, multidisciplinar, consensual e onde todos devem ter assento. Os problemas da Escola deixaram de ser uma competência exclusiva dos professores e a segurança deixou de ser um factor que deve ser resolvido apenas pelas polícias (GNR e PSP). A Escola hodierna tornou-se mais dinâmica e exigente porque as mudanças sociais obrigam a uma grande capacidade de adaptação das instituições às novas exigências. Daqui ressalta o papel-chave do trabalho em parceria e as suas potencialidades. Na verdade, tal como refere de forma clarividente Luís Elias em relação ao aumento da violência, é “necessário compreender de onde vem o aumento da violência e levar as instituições a actuarem mais e mais perto dos estudantes” (Costa, 2005: s/n).

## **V. A emergência da sociologia do crime e da violência**

O estudo dos comportamentos desviantes e, de uma forma genérica, a investigação no âmbito das ciências criminais tem ganho uma especial projecção no seio académico. Multiplicam-se os cursos breves, as pós-graduações, os mestrados os seminários e as conferências em torno deste tipo de temáticas. A criminalidade, os comportamentos de risco e as áreas convergentes são actualmente esferas exploradas nos mais diversos domínios científicos. Não raras vezes os especialistas – apresentados como criminologistas, sociólogos ou sociólogos criminais, psicólogos criminais, entre outros títulos – são chamados a intervir junto dos Órgãos de Comunicação Social, com as suas explicações teóricas, sobretudo no plano da Sociologia e da Psicologia, relativamente aos problemas criminógenos que afligem as sociedades hodiernas. A título meramente exemplificativo basta apontar algumas referências conhecidas na variadíssima panóplia de iniciativas universitárias nesta matéria: o curso de mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante da Universidade Lusófona de Lisboa; o curso de mestrado em Sociologia (especialização em Crime, Violência e Sentimento de Insegurança) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; o curso de licenciatura em Psicologia Criminal do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz; o curso de mestrado em Psicologia Legal do Instituto Superior de Psicologia Aplicada; o curso de mestrado em Ciências Criminais e Comportamentos Desviantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; o curso de mestrado em Criminologia da Escola de

Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, os cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento em Psicologia da Justiça da Universidade do Minho, entre outros.

Muito recentemente, no dia 27 de Abril de 2006, um dia antes das VIII Jornadas do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, realizou-se um Seminário na cidade de Faro, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a Universidade do Algarve e o Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, com o alto patrocínio do Ministério da Administração Interna, que abordou a temática “Reuniões, Manifestações e Actuação Policial”. Mais um tema, entre tantos outros, que continuam a mover professores, estudantes ou meros interessados por estes domínios emergentes cada vez mais actuais.

A Sociologia do Crime e da Violência, enquanto área especializada do conhecimento, pode de facto dar um contributo relevante para a compreensão do fenómeno criminal e, no caso concreto, na área geográfica do Alentejo. Actualmente, o domínio dos comportamentos desviantes surge como uma das áreas preferenciais de investigação de um reduzido número de membros do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia *Augusto da Silva* da Universidade de Évora, conforme uma lista oportunamente divulgada. Mas é preciso, na nossa humilde opinião, ser mais ambicioso. A universidade eborense, através do seu Departamento de Sociologia, deve pois encetar uma reflexão séria relativamente à necessidade do aprofundamento desta área emergente, pela escassez evidente de estudos sobre esta problemática no Alentejo e pelo pioneirismo que representaria tamanha incursão, através da apresentação no mercado de oferta pós-graduada neste domínio e, em um futuro desejável, a criação de uma Escola de Sociologia Criminal.

O repto está lançado. A decisão fica a aguardar o duto discernimento.

## References

AMADO, João da Silva e FREIRE, Isabel Pimenta (2002), **Indisciplina e Violência na Escola: Compreender Para Prevenir**, Teoria – Guias Práticos, Porto: Edições ASA.

CONTRERAS, Mónica (2006), **Os Dias de Uma Escola Normal**, in Revista Única, Jornal Expresso n.º 1743, 25MAR2006, pp. 34-46, Lisboa: Jornal Expresso.

COSTA, Maria Emília e VALE, Dulce (1998), **A Violência nas Escolas**, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

COSTA, Cláudia Lima da (2005), **Polícia regista mais de 200 ofensas sexuais nas escolas**, in Portugal Diário, <http://www.portugaldiario.iol.pt/comuns/imprimir.php?id=525090> (consulta em 25/04/2005).

CURTO, Pedro Mota (1998), **A Escola e a Indisciplina**, Porto: Porto Editora.

DIRECÇÃO NACIONAL DA PSP (2005<sup>a</sup>), **Acção de Formação “Autoridade e Clima de Segurança nas Escolas”**, OP 4876, 17MAI2005, Lisboa: DN/PSP (DEPOP).

\_\_\_\_\_ (2005b), **Relatório de Actividades do Programa Escola Segura (Ano Lectivo 2004/2005)**, OP 8593, 07OUT2005, Lisboa: DN/PSP (DEPOP)

MARQUES, Rita (2002), **Jovens em sofrimento: Automutilação marca adolescentes portugueses**, 23AGO2002, Sociedade, pp. 18-19, Diário de Notícias.

NASCIMENTO, Ana Luísa (2006), **Professores Reforçam Comissões de Menores: Crianças – Mais Situações de Risco Detectadas nas Escolas**, in Correio da Manhã, pp. 14, 07Abril2006, Lisboa: Correio da Manhã.

NUNES, Luís (2006), **Net dá “empurrão” a suicidas**, in Tal&Qual, pp. 02-04, n.º 1345, 31Março2006, Lisboa: Tal&Qual.

POIARES, N. (2004), **A profissão polícia: uma nova lógica socioprofissional e organizacional – o caso da PSP do distrito de Beja**, dissertação de mestrado em Sociologia, Évora: Universidade de Évora

SAMPAIO, Daniel (2001) (1996), **Voltei à Escola**, 7.<sup>a</sup> Edição, Lisboa: Editorial Caminho.

## Bibliografia do Autor (17.02.2019)

### Livros

- Poiares, N. e Marta, Rui (Coord.) (2018), *Segurança Interna: desafios na sociedade de risco mundial*, Lisboa: ICPOL-ISCPSI. ISBN: 978-972-8630-27-0.
- Poiares, N. (2018), *As profissões (para)jurídicas em Portugal: requisitos, mandatos e convergências*, 2.<sup>a</sup> edição, Porto: Fronteira do Caos Editores. ISBN: 978-989-54037-5-2
- Poiares, N. (2016), *A letra e os espíritos da lei. A violência doméstica em Portugal*, Lisboa: Chiado Editora. ISBN: 978-989-51-6136-2
- Poiares, N. (2013), *Mudar a Polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade portuguesa*, Lisboa: Bnomics. ISBN: 978-989-713-062-5

### Capítulos de livros

- Poiares, N. (2014), "Desvio e Educação", *Enfermagem Forense*, pp. 251-258, volume I, Lisboa: Lidel. ISBN: 978-972-757-985-3
- Poiares, N. (2013), "Prevenção da criminalidade e da violência doméstica", *Como tornar Portugal um país seguro: segurança nacional e prevenção da criminalidade*, pp. 185-198, Lisboa: Bnomics. ISBN: 978-989-713-064-9
- Poiares, N. (2009), "A adaptação das Forças de Segurança ao reordenamento do território: breves reflexões", *Urbanismo, Segurança e Lei – Tomo II*, pp. 97-107, Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-403-755-4
- Poiares, N. (2009), "Subsídios sensibilizadores para uma lei de atuação policial: uma perspetiva sociológica", *Reuniões, Manifestações e Atuação Policial*, pp. 341-349, Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-403-733-2
- Poiares, N. (2008), "Novos horizontes para a segurança privada", *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Artur Anselmo*, pp. 579-594, Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-403-522-2
- Poiares, N. (2007), "A escola e os comportamentos desviantes: novas tendências", *Questões Sociais Contemporâneas*, livro de Atas das VIII Jornadas do Departamento de Sociologia, pp. 227-238, CISA-AS e Universidade de Évora. ISBN: 978-972-99959-6-5
- Poiares, N. (2007), "O apoio às vítimas de crime: resultados de uma parceria", *Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro*, pp. 695-703, Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-403-044-9
- Poiares, N. (2005), "Para lá da farda, da estrela e da arma", *Volume Comemorativo dos 20 anos do ISCPSI*, pp. 889-914, Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-402-662-6
- Poiares, N. (2005), "A profissão polícia: um constructo contínuo da representação social", *Sociologia em Diálogo*, II, pp. 73-96, Évora: CISA-AS, U. Évora. ISBN: 972-98698-2-0

### Artigos em revistas ou eventos com arbitragem científica

- Poiares, N. (2019), *The role of military leadership in the configuration socio-professional of Portuguese police administrative elites*, 15th ERGOMAS Biennial Conference - European Research Group on Military and Society, June 17-21 2019, comunicação científica, Lisbon: ISCTE-IUL (em redação)
- Poiares, N. e Dias, E. (2019), *A Igreja Católica e o Direito Criminal: abordagem sociológica ao Código Penal Português de 1886* (em redação)
- Poiares, N. (2019), "A cibersegurança à luz da criminologia moderna", *Cyberlaw by CIJIC*, revista científica do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. ISSN 2183-7295 (no prelo)
- Poiares, N. (2018), "Da Justiça alternativa em Portugal", *Mátria Digital*, n.º 6, pp. 666-681, Santarém: CIJVS. ISSN 2183-1467
- Poiares, N. (2018), "Serviço Policial e Direito da Saúde", *Pensar Enfermagem*, pp. 75-84, vol. 22, n.º 1, Lisboa: UI&DE – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. ISSN 0873-8904
- Ferreira, Rute e Poiares, N. (2018), *A casa de acolhimento onde eu vivo: narrativas de crianças e jovens sob medida de acolhimento residencial*, poster científico, III Congresso da Associação Portuguesa de Ciências Forenses, 24 e 25 de maio, Porto
- Poiares, N. (2016), "Revisitando a Galeria de Criminosos Célebres em Portugal. História da Criminologia Contemporânea (1896-1908)", pp. 405-420, *Politeia*, vol. I – *Studia Varia*, Lisboa: ICPOL-ISCPSI
- Poiares, N. (2015), "Das forças de segurança na prevenção da violência no desporto", V Congresso da Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto, Lisboa, *Journal of Sport Pedagogy & Research*, p. 24, vol. 1, n.º 7, (04.12.2015). ISSN: 1647-9696
- Poiares, N. (2014), "A criminologia como ciência auxiliar da governança", *revista científica do ISCTAC*, vol. I, ano I, edição n.º 2, pp. 5-15, Beira, Moçambique, ISSN: 2519-7207
- Poiares, N. (2012), *Violência, crime e a dimensão simbólica da Lei*, Atas do VII Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, APS
- Poiares, N. (2005), "Na encruzilhada das competências: autoridade e ordem ou serviço social? Um estudo de caso no Alentejo", *Politeia*, ano II, n.º 1, fascículo III, pp. 61-79, Coimbra: Almedina. ISBN: 972-402-756-2

### **Estudos académicos**

- Poiares, N. (2014), *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*, tese de doutoramento em Sociologia Política, Lisboa: ISCTE-IUL. ISBN 978-989-732-735-3. DOI: 10.13140/RG.2.2.22100.86403
- Poiares, N. (2004), *A profissão polícia: uma nova lógica socioprofissional e organizacional*, dissertação de mestrado em Sociologia, Évora: Universidade de Évora
- Poiares, N. (1999), *As Relações Públicas na PSP*, trabalho de fim de curso de Licenciatura em Ciências Policiais, Lisboa: ISCPSI

### **Textos sem arbitragem científica**

- Poiares, N. (2019), “Cibersegurança, literacia e resiliência digital dos idosos”, *Janus: Anuário de Relações Internacionais*, Lisboa: Observare-UAL (no prelo)
- Poiares, N. (2014), *Cibercrime e Sociedade in Plano* – Bookzine Bnomics, edição n.º 2, pp. 146-148, Lisboa: Bnomics. ISBN: 978-989-713-094-6
- Oliveira, J. F.; Teles, F., Gouveia, P. e Poiares, N. (2010), *Uma linha estratégica de mudança dirigida à missão, ao enriquecimento do tecido social da organização, à melhoria da burocracia e ao aproveitamento dos recursos*, (policopiado), DNPS: Lisboa
- Poiares, N. (2009), “Uma policialização da segurança privada” (janeiro/março), *Polícia Portuguesa*, pp. 28-33, n.º 10, III Série, Lisboa: DNPS
- 34 Crónicas desde JAN2005 a FEV2008, Beja, revista Mais Alentejo